

URBANISMO

SARA NÃO TEM NOME. ESTAMOS ATENDENDO NORMALMENTE, FOTOGRAFIA DA SÉRIE URGÊNCIA DAS RUAS, 2021.

Estamos atendendo normalmente

O URBANISMO ENTRE A MEMÓRIA E O FUTURO:

DA ÉPOCA DAS GRANDES ESPERANÇAS À ERA DAS
EXPECTATIVAS DECRESCENTES, O QUE MUDOU NA IDEIA DE
PLANEJAR A CIDADE?

THIAGO CANETTIERI*

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2021.32710>

RESUMO: O urbanismo é uma prática propriamente moderna. Seu desenvolvimento e consolidação estiveram vinculados com uma certa concepção de futuro ligada ao espírito da modernidade. Sua legitimação ideológica era o progresso. Contudo, a partir do final do século XX a sociedade passa por uma transformação histórica que reconfigura as ideias fundantes do espírito da modernidade. Agora a experiência do colapso da modernização conduziu o mundo a uma era de expectativas decrescentes. Dessa mudança drástica, buscamos discutir como tais transformações impactam na prática do urbanismo. O artigo pretende investigar a constituição do urbanismo no interior de uma forma historicamente específica de sociabilidade para, a partir das transformações sociais, especular sobre as (im)possibilidades do “planejar” hoje.

PALAVRAS-CHAVE: história do urbanismo; planejamento urbano; teoria urbana crítica

URBANISM BETWEEN MEMORY AND THE FUTURE: FROM THE
TIME OF GREAT EXPECTATIONS TO THE AGE OF DECREASE
EXPECTATIONS, WHAT HAS CHANGED IN THE IDEA OF
PLANNING THE CITY?

ABSTRACT: Urbanism is a properly modern practice. Its development and consolidation were linked to a certain conception of the future linked to the spirit of modernity. Its ideological legitimation was progress. However, from the end of the twentieth century onwards, society undergoes a historical transformation that reconfigures the founding ideas of the spirit of modernity. Now the experience of the collapse of modernisation has led the world into an era of diminishing expectations. From this drastic change, we seek to discuss how such transformations impact on the urbanism. The article aims to investigate the constitution of urbanism within a historically specific form of sociability in order to, based on such social transformations, speculate about the (im)possibilities of “planning” today.

KEYWORDS: history of urbanism; urban planning; critical urban theory

* Doutor em Geografia, Professor Adjunto do Departamento de Urbanismo da UFMG:

Introdução

A prática do urbanismo está num lugar abstruso. Embora tal prática, embebida até o limite pelo espírito da modernidade, tenha se concebido como uma atividade neutra, objetiva e técnica, depois de algumas décadas de crítica, se revelou seu conteúdo eminentemente político – mesmo quando inaparente ou até mesmo inconsciente (LEFEBVRE, [1972] 2016; HARVEY, 1996; FOGLESONG, 1996; ARANTES, [1998] 2014; MARTINS, 2000). Sobretudo a partir da segunda metade do século XX variadas abordagens críticas passam a fazer parte do repertório do urbanismo, objetivando sua construção mais humanizada (MIRAFTAB, 2016); voltada para a subversão da ordem estabelecida (RANDOLPH, 2015) ou direcionada para a tomada de posição pelos grupos subalternos nos conflitos sociais (OLIVEIRA, SANCHEZ, VAINER, 2020). Seja como for, o urbanismo moderno ou o urbanismo crítico, ambos apontavam pela possibilidade de transformação do futuro.

Trataremos ao longo deste ensaio com um conceito relativamente aberto de *urbanismo*. Como escreve Bernardo Secchi ([2000] 2016, p.18), o urbanismo não é apenas um conjunto de obras, teorias e normas associadas às cidades; tampouco não é somente um campo ou setor de ensino; segundo Secchi, trata-se de um “testemunho de um vasto conjunto de práticas quais sejam as da contínua e consciente modificação do estado do território e da cidade”. Trata-se, portanto, de uma perspectiva voltada a pensar a transformação da cidade a partir do uso da razão. Essa concepção voltada para o futuro e sua transformação a partir do uso da razão é a própria noção de Progresso que vai movimentar toda a modernidade. Essa mesma noção aparece na *Encyclopedia of Social Sciences*, elaborada por Thomas Adams (1967 *apud* CALABI [2008] 2012, pp.xx-xxi):

“O urbanismo pode ser definido como a arte de planejar o desenvolvimento físico das comunidades urbanas, com o objetivo geral de assegurar condições de vida e de trabalho saudáveis e seguras, fornecendo transportes adequados e eficientes e promovendo o bem estar público”. Assim, podemos conceber o amplo campo do urbanismo como um conjunto de instrumentos de projeto e organização do espaço físico das cidades que se traduzem em uma prática técnica de concepção, intervenção, construção e gestão (CALABI, 2012).

Essa é, como nota Monte-Mór (2007, p.74), a tentativa de construir uma “lógica racional-arquitetônica em contraposição às estruturas urbanas espontâneas ou natu-

rais”. Aqui, interessa-nos sobretudo a característica do urbanismo de pensar um futuro a partir do *planejamento*¹ de determinadas práticas e espaços para transformar a cidade e construí-la de acordo com a intencionalidade da razão: “planejava-se o futuro da cidade, para, ao longo do tempo, essa adquirir a feição desejada” (ULTRAMARI, 2009, p.175).

Ou seja, planejar, antes de mais nada, é pensar em um futuro. Mesmo que se conheça a memória de uma cidade, seus descaminhos e sua evolução, a tarefa do urbanismo é projetar um futuro. Trata-se de dar uma resposta comensurável a questões sociais e espaciais que se manifestam na cidade sob a forma de uma expectativa de realização, em geral unificada na abstração do desenho técnico.

Essa “orientação para o futuro” – essas mensagens direcionadas ao porvir – fundamentou o percurso do urbanismo pela modernidade. No entanto, vivemos hoje um momento em que a temporalização da história na direção do futuro, própria da modernidade, como argumenta Koselleck ([2006] 2020), agora encontra-se bloqueada.

1 Estamos cientes que essa interpretação é uma perspectiva em disputa. Em primeiro lugar cabe dizer que urbanismo e planejamento urbano não são exatamente a mesma coisa. O primeiro se constituiu como uma disciplina específica na virada do século XIX e século XX, com um corpus teórico-metodológico próprio (CALABI, 2012), e orientado por uma intenção reformadora de higienizar, sanear e embelezar a cidade a partir de uma visão liberal (LIMONAD, 2015); o segundo, por sua vez, possui um caráter multi ou interdisciplinar que se desenvolve a partir da ideia de resolução técnica dos serviços de consumo coletivo que o Estado deveria assumir na organização da reprodução social (LIMONAD, 2015; MONTE-MÓR, 2007). Outra distinção possível se refere ao momento do ato de planejar e o ato de intervir, que levanta questões particulares (ULTRAMARI, 2009). Calabi (2012, p.xxv) ressalta que, em alemão, a construção das palavras compostas “*Stadtplan*” e “*Städtebau*”, o “plano da cidade” e a “construção da cidade” respectivamente, diferencia a fase do estudo e aperfeiçoamento de um programa para a produção da cidade em sua sua fase operacional. No entanto, mesmo com essas especificidades históricas e disciplinares, Limonad (2015, p.74) ressalta que é “difícil diferenciá-los”. Choay ([1965] 1992) ressalta que com frequência os termos são usados como sinônimos. Diversos autores, ao contrário, não trabalham com essa distinção, como a própria Choay ([1965] 1992), Maricato (2000) ou Ultramari (2009). Parece-nos ser suficientemente pacífico dizer que tanto um como o outro pensam o futuro da cidade - o que nos interessa particularmente neste ensaio. Quando Cerdà escreve que o urbanismo seria a ciência capaz de propor soluções aos problemas do espaço urbano ou quando Agache afirmava que o urbanismo prepara a cidade para um futuro (ULTRAMARI, 2009), essa característica que nos interessa parece evidente. Responder as relações, complementaridades, divergências e rupturas que os conceitos de urbanismo e planejamento possuem não fazem parte do escopo deste texto. Sobre isso, conferir Ultramari (2009), Rovati (2013) e Limonad (2015).

Um amplo espectro de pensadores começou a identificar esse fenômeno a partir de conceitos como o “lento cancelamento do futuro” (FISHER, 2009) ou “era de expectativas decrescentes” (ARANTES, 2014). Se o conceito de futuro conseguiu durante muito tempo organizar o campo de possibilidades dos modernos (KOSELLECK, [1979] 2006), a situação que vivemos hoje implica na reflexão sobre seu lugar na construção dos horizontes de expectativas. O urbanismo entre eles. Agora, havemos de nos perguntar: o que acontece com o urbanismo, na medida em que a própria ideia de futuro é dessubstancializada? Hoje o *Zeitgeist* de nossa época estaria marcado por uma generalizada descrença em relação ao futuro.

Tal constatação, de que o lugar do futuro entrou em decadência, vem sendo compartilhada por diferentes pensadores. Desde a invenção da bomba atômica, estaríamos vivendo, segundo Günther Anders ([1972] 2007), em uma prorrogação – o que altera substancialmente a ideia de progresso, concepção legitimadora da modernidade. Mas a situação não para por aí, e ocorre desde a “mutação antropológica” de uma sociedade do espetáculo-consumista presentida por Pier Paolo Pasolini ([1975] 2019); passando pela crise econômica dos mercados financeiros, que já não podem reverter a situação e só podem *comprar tempo* (STREEK, 2014); até a hecatombe ambiental, que se avizinha cada vez mais (DANOWSKI, 2012), e tantas outras catástrofes que assolam o mundo contemporâneo, a recente pandemia de COVID-19 entre elas. Entretanto muito pouco foi escrito sobre os efeitos que esse fenômeno pode ocasionar na prática do urbanismo². Ou, melhor dizendo, tendo por base os vários diagnósticos, é possível compreender os pressupostos do urbanismo, muitas vezes inauditos. Eis, assim, o objetivo desta pequena contribuição à história do urbanismo: pensar uma história do futuro do urbanismo. Trata-se, para isso, de investigar a constituição do urbanismo, as condições de possibilidade para seu desenvolvimento consolidadas no interior de uma forma historicamente específica de sociabilidade para, a partir das transformações dessas formas sociais observadas na contemporaneidade, especular sobre as (im)possibilidades do “planejar” a cidade.

Claramente, tal tarefa só pode ser realizada assumindo uma postura de teoria social crítica prospectiva – quase especulativa, embora orientada empiricamente por cer-

2 É necessário referenciar aqui que seguimos neste ensaio uma intuição apresentada por Otilia Arantes ([1998] 2014) ao pensar um “urbanismo em fim de linha”.

tas iniciativas que, de nosso ponto de vista, não só ilustram, como expõem o momento de verdade do urbanismo. Hegel ([1807] 2012, p.36), em seu prefácio à *Fenomenologia do espírito*, escreveu: “Só no fim é o que é na verdade”. Talvez sua afirmação possa valer para o escrutínio em busca de compreender o urbanismo. Somente em seu fim, no qual a própria substância que lhe dá sustentação, a ideia de progresso, sai de cena, é que podemos entender o que o urbanismo é na verdade.

De modo a alcançar o objetivo aqui exposto, o presente ensaio se organiza da seguinte maneira: na sequência desta introdução, apresento uma brevíssima história da urbanização, que levou à constituição da prática do urbanismo nas cidades europeias. Na próxima seção, discuto as ideologias legitimadoras do urbanismo e do projeto, bem como a vinculação do urbanismo com o projeto da modernidade. Em seguida, discuto sobre os limites do progresso e sobre o colapso da modernização, que levou à destituição do lugar que era ocupado pelo futuro, conduzindo a um rearranjo das categorias formais que orientavam a prática do urbanismo (e de boa parte da prática social em geral). As duas últimas seções abordarão, ainda que de maneira prospectiva, a questão do plano e do projetar diante dessa situação, pensando ora os efeitos do declínio das expectativas, ora as consequências de reconhecer uma era de catástrofes. Por fim, apresentamos as considerações finais deste texto.

As causas da urbanização

A urbanização é umbilicalmente ligada à expansão do capitalismo. No longo curso da história desse parto, as dinâmicas sociais do passado foram sucessivamente sendo substituídas por novas formas sociais. Foi com o capitalismo que a determinação da coexistência urbana dos indivíduos passou a ser estruturada em torno da categoria de reconhecimento social baseada nas formas mercadoria e no valor da mediação social. É com a modernidade que a Europa se lança como berço das cidades como conhecemos, organizando um princípio estrutural da organização social alicerçada na lógica da reprodução ampliada do capital e que marca o nascimento, segundo Lefebvre ([1970] 2019), da cidade industrial. Tratava-se de se submeter às determinações de uma nova forma econômica em ascensão. Essa forma econômica não é outra senão aquela que

Marx ([1867] 2013) descreve e analisa em sua obra: um sistema de mediação social apoiado na produção de mercadorias como uma forma de dominação social pelo tempo e de acumulação de riqueza social.

A consolidação do capitalismo foi demorada devido a inércias históricas e a vários entraves ao seu pleno desenvolvimento. Até ao menos o século XVII e parte do XVIII, o sistema corporativo ainda tinha tremenda força e a maior parte da economia não era baseada nas cidades.

Vários foram os expedientes usados, por exemplo, a coerção da lei, para transformar servos e artesãos em operários das cidades. Com o cercamento dos campos, a cidade realmente significava a única possibilidade de sobrevivência. Foi nesse contexto que se deu a formação da oferta do insumo mais necessário ao capital: a força de trabalho. Assim, por um lado, segundo Marx ([1867] 2013), a classe dos trabalhadores nasce juridicamente livre para negociar como bem entender os termos da venda de sua única mercadoria, a energia vital sob a forma de força de trabalho. Entretanto, por outro, o sistema capitalista, em sua dominação abstrata, incorpora para todos a “ditadura do salário” como única forma de poder sobreviver.

Diante desse cenário, o século XIX inicia-se marcado por um intenso processo de urbanização. Não seria equivocado dizer, portanto, que a urbanização está ligada à formação do proletariado industrial europeu e, por consequência, ao capitalismo. A título de ilustração, basta ver que entre 1750 e 1800 a população de Londres saltou de 675 mil para 1 milhão e 117 mil; e em Paris, no mesmo período, cresceu quase 30% (LAMAS, 2007).

O próprio desenvolvimento da maquinaria, uma condição da reprodução ampliada do capital que levou à formação das grandes indústrias, obrigava a condição urbana como imperiosa. O desenvolvimento tecnológico, entendido aqui como processo de aplicação da razão técnica e instrumental, já carregava desde então o impulso de se tornar uma força independente do ser humano – no sentido de submeter o humano ao seu próprio ritmo maquínico –, ao mesmo tempo em que a condição de possibilidade para esse desenvolvimento era a aglomeração urbana.

As rodas de fiar, uma tecnologia mantida praticamente a mesma desde a Antiguidade, foram substituídas com o desenvolvimento das máquinas *spinning jenny* (1765) e finalmente pela *mule-jenny* (1779). Essa última utilizava a força hidráulica ou do vapor para movimentar uma parafernália de engrenagens, colocando a fiação de tecidos sob

a potência de uma força produtiva independente. A ampliação da força produtiva é, como sabemos desde os escritos de Marx ([1867] 2013), uma condição para ampliar a extração de mais-valor sob sua forma relativa (voltaremos a isso mais à frente). A grande indústria, de certa maneira, é um resultado desse ímpeto do sujeito abstrato chamado Capital. Mas, para atender as demandas do “monstro mecânico, cujo corpo ocupa fábricas inteiras e cuja força demoníaca, inicialmente escondida sob o movimento quase solenemente comedido de seus membros gigantesco, irrompe num turbilhão furioso e febril de seus incontáveis órgãos de trabalho propriamente ditos” (MARX, [1867] 2013, p.455), seria preciso aglomerar em um único espaço a infraestrutura necessária para alimentá-lo com matéria-prima, energia e força de trabalho. Por isso, devemos entender a cidade não apenas como “aglomeração” de pessoas, mas, sobretudo, como espaço de valorização do valor – a aglomeração é tão somente o efeito colateral do processo que preside a urbanização.

Dessa forma, seguindo os escritos de Bruno Lamas (2007), a sociedade decorrente da metafísica social da valorização do valor, que se reproduz a partir do processo sistemático de objetivação da riqueza social em mercadorias, imprime ao mundo uma dinâmica histórica de transformação própria que inclui a urbanização moderna.

Há de se destacar, ainda, que a própria produção do ambiente construído desempenha fundamental papel na acumulação capitalista. Como observou David Harvey ([2003] 2015), ao estudar as grandes reformas da Paris do século XIX, a produção do ambiente construído das cidades envolve a mobilização de grandes volumes de capital sobreacumulados e de forças de trabalho ociosas. Garante-se, desse modo, que a reprodução ampliada do capital ocorra. Argumento semelhante aparece no trabalho do importante arquiteto brasileiro Sérgio Ferro ([1976], 2006), ao descrever as relações de trabalho nos canteiros de obra. A atividade dos canteiros, por mais que esteja conectada às formas mais avançadas do capital, ainda é realizada de maneira quase manufatureira. Ou seja, a atividade demanda uma grande quantidade de mão de obra, capital variável em relação aos meios de produção do capital constante, resultando numa baixa composição orgânica do capital e, portanto, numa alta taxa de mais-valor. Esse mais-valor excepcional que é produzido na indústria da construção tem um papel fundamental na estabilização da economia capitalista – é por isso que a produção da cidade, a urbanização, sempre desempenhou um papel importante na reprodução ampliada do capital.

É essa a razão da “explosão urbana”. Por isso que o cenário de uma intensa urbanização passou a assolar toda a Europa do século XIX, cenário esse que, desde então, não encontrou freios. À época, ainda que não tenha sido objeto das análises minuciosas de Marx, seu fiel colaborador, Engels ([1845] 2008), ao discutir *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, não tinha outra opção senão atentar para o intenso processo de crescimento das cidades, o que significava precariedade para a maior parte da população – e não mais liberdade, como queria o provérbio medieval “o ar da cidade liberta”. Na literatura, tal fenômeno não passou despercebido, já que produziu obras como as de Charles Dickens, Charles-Pierre Baudelaire, Victor Hugo e Émile Zola, nas quais estão narradas as condições degradantes da urbanização do século XIX depois da assim chamada Revolução Industrial.

Tal situação degradante acarretou custos ao processo de acumulação, pois produziu deseconomias e disfunções profundas. Assim, uma certa concepção de intervenção no espaço da cidade poderia ser possível para ajustar, normalizar, funcionalizar e otimizar o espaço urbano, tendo como horizonte a organização da sociedade (ou da economia).

Desenvolve-se, então, uma série de técnicas e de ideias voltadas à intervenção no espaço da cidade e que recebe o nome de “urbanística”. O ordenamento do espaço por meio da prática do urbanismo aparece, desse jeito, como uma saída possível – e necessária – para a melhoria da cidade (BENEVOLO, [1963] 1983).

O urbanismo nos trilhos da modernidade

O urbanismo se desenvolve como um conjunto de técnicas e conceitos, procedimentos e práticas, que buscou intervir na cidade europeia de modo a remediar os efeitos deletérios da industrialização (CALABI, 2012). Esse desenvolvimento é herdeiro dos desdobramentos intelectuais, sociais e políticos do Iluminismo. Henri Lefebvre ([1970] 2019, p.28) identifica o momento de inflexão do agrário para o urbano que reconfigura a constituição da própria racionalidade, ocorrendo, nesse processo, o “renascimento do Logos”, que culmina em toda a tradição do Iluminismo. Essa tradição continuou a assombrar as práticas espaciais, buscando o ordenamento ótimo do espaço – grosso modo, era essa sua missão. Trata-se de uma forma de intervenção nos espaços da cidade a partir do uso público da razão, como uma forma de promover seu melho-

ramento e, dessa maneira, pavimentar o caminho da sociedade rumo ao progresso³.

A temporalidade para os modernos não é mais a do tempo mítico, repetitivo ou cíclico, da Antiguidade, mas heterogêneo, irrepitível, irreversível, evolutivo. Só na época moderna passou a ver a mudança como algo positivo, a buscar o novo etc. E o homem, neste contexto cultural, era tido como o sujeito da história, como o responsável por esse processo. Ou seja, a história era pensada como um movimento que caminhava para a frente, em direção a um fim, e que era também um processo racional, por meio do qual a razão ia progressivamente se realizando, se objetivando, se completando. Ao mesmo tempo que uma sucessão, representava também uma totalização, daí a visão utópica que tinham os modernos, os olhos voltados para o futuro (ARANTES, [1998] 2014, p.39).

Seria supérfluo rastrear como esse desenvolvimento alcançou a prática de pensar, conceber e desenhar as cidades. Muitos já fizeram isso. Para citar apenas alguns, podemos lembrar de Leonardo Benevolo, Bernardo Secchi e Françoise Choay. Importa, contudo, reter que a urbanização do século XVII beirava o caos – resultado da industrialização que, por sua vez, teve suas condições de possibilidade garantidas pelo cercamento dos campos (MARX, [1867] 2013). Evidentemente, num primeiro momento,

3 Adotamos aqui o conceito de progresso tal qual trabalhado por Reinhart Koselleck em sua história dos conceitos da modernidade. Segundo ele, “o progresso é uma categoria propriamente moderna, cujo conteúdo de experiência e superávit de expectativa ainda não existiam” (KOSELLECK ([2006] 2020, p.170). O autor afirma que esse conceito está profundamente vinculado às experiências modernas: as experiências tradicionais passam a ser ultrapassadas por experiências novas com uma velocidade surpreendente” - escreve o autor. Como nota o autor, a expressão, não só nas línguas latinas, mas também anglosaxônicas recorrem a significados espaciais e naturais: “progresso, o avanço espacial daqui até lá” (p.171). Isso significou a transformação da expectativa do fim do mundo, outrora constantemente aguardado, num futuro aberto. “Do ponto de vista terminológico, o ‘*profectus*’ espiritual é recalçado ou substituído por um ‘*progressus*’ mundano” (p.176). Esse paulatino processo histórico de longa duração inicia-se com o Renascimento mas só se desenvolve à medida que o uso autônomo da razão ganha espaço na sociedade e abre espaço para uma interpretação progressiva do futuro (p.177). Essa transformação antropológica tem a ver com a “temporalização da história”, uma expressão que pretende articular o tempo em um certo sentido. É a partir daí que se pode falar de um tempo genuinamente histórico: a história temporalizada significa o reconhecimento de uma diferença qualitativa entre o passado e o futuro.

esse ordenamento caótico foi funcional para as determinações da acumulação de capital. O exército industrial de reserva sobrando, que ocupava as cidades e as enchia, era a condição necessária para sustentar a altíssima taxa de exploração praticada. Contudo, mais rapidamente do que se poderia prever à época, o caos das cidades tornou-se um entrave para a acumulação e circulação.

Era preciso reverter tal situação. Para garantir o aumento de produtividade e assim absorver maiores quantidades de força de trabalho do que aquelas que foram eliminadas através da racionalização ou da introdução de maquinaria, era preciso aumentar constantemente a produção de mercadorias. Mas, cada vez que isso ocorre, as contradições do capital recolocam barreiras e limites à própria acumulação. Embora as contradições que Marx ([1867] 2013) descreva se encontrem “dentro” da fábrica, parte delas passou a se expressar como contradições do espaço, expressas em toda a cidade, como bem observou Henri Lefebvre ([2016] 1972). Uma das formas de lidar com essa expansão das contradições do capital para todo o espaço foi a adoção do urbanismo.

O ordenamento espacial por meio da prática do urbanismo aparece, por conseguinte, como uma panaceia necessária para curar a cidade caótica. Acreditava-se que, por meio do uso da razão, evidente herança do Iluminismo, seria possível encontrar um ordenamento ótimo do espaço, melhorando as condições de vida e a produtividade do capital.

Essa concepção, tributária dos preceitos iluministas, se baseava na ideia legitimadora da modernidade: o progresso (KOSELLECK, [1979] 2003). Tal legitimação foi a pedra de toque de boa parte do urbanismo, orientado por uma certa pretensão de desenvolvimento por meio do progresso. Foram, portanto, esses os ideais que animaram a prática dos urbanistas e conformaram uma certa concepção de história das cidades. A ideia de progresso, que ordenava a experiência daquelas sociedades e o horizonte de expectativas, parecia ter chegado para melhorar as condições da cidade – e o nome dessa técnica foi *urbanística* (BENEVOLO, [1963] 1983).

A racionalidade derivada do esclarecimento iluminista não apenas podia incidir sobre as condições de vida por meio do uso público da razão para o desenvolvimento de técnicas capazes de ordenar e disciplinar a produção do espaço, mas também se acreditava que, com a produção de um novo espaço, seria possível produzir uma nova sociedade. Ou seja, a urbanística moderna demonstrava uma intenção disciplinadora como forma de condicionar as pessoas para que pudessem ser cidadãos de moralidade.

Existia a expectativa de que o uso da razão levaria ao progresso e, dessa forma, seria possível superar a miséria. Leonardo Benevolo ([1963] 1983) chamou esse momento da história do urbanismo de “Era das Grandes Esperanças”. Parecia animar o urbanismo um certo espírito voltado para o futuro. Não é por outro motivo que Choay ([1965] 1992) batizou as duas principais correntes do urbanismo, aquelas que conquistaram uma certa hegemonia da prática, de progressismo e de novo progressismo. Afinal, acreditava-se no futuro como uma realização do progresso.

A crença num futuro melhor, no entanto, não mudou a natureza do urbanismo. Este continua sendo um sistema de dispositivos, de objetos e de ações relativos à produção e à gestão da cidade para o ordenamento espacial e, portanto, social das cidades, orientado para o progresso, o que o levou a se constituir como uma prática de denominar, localizar, classificar, definir, especificar, delimitar, separar os espaços da cidade orientado por esse ideal (SECCHI, [2013] 2019).

O urbanismo, como lembra Sérgio Martins (2000, p.45), é a forma específica por meio da qual a sociedade fez chegar a presença estatista no urbano. Sendo assim, o urbanismo surge “inequívoca e umbilicalmente ligado ao Estado moderno e sua racionalidade”. Por meio do Estado, força onipresente da modernidade, há uma produção ativa do espaço urbano para atender aos imperativos do processo de acumulação.

Essa prática, inspirada nos ideais iluministas⁴, que de maneira cínica não cansou de se autoproclamar como libertária, aparece como uma potência de dominação total da realidade e da prática urbana, buscando submeter a vida nas cidades às suas determinações abstratas e aos seus critérios *ad hoc*. O urbanismo, portanto, é uma prática científica concebida para estabelecer os contornos das determinações de existência [*Existenzbestimmungen*] e formas de ser [*Daseinformen*] submetidas à imposição de métricas e regras para a efetivação da vida cotidiana das cidades⁵.

4 Devemos deixar registrado que os ideais iluministas, mesmo que assentados na promessa de liberdade, igualdade e fraternidade, buscando a realização da maioria da humanidade, como uma vez afirmou Kant ([1783] 2012), não deixaram superar seu negativo, a barbárie. Sobre isso, temos em mente a imprescindível contribuição de Adorno e Horkheimer ([1944] 2006) em *A dialética do esclarecimento*.

5 Aqui, gostaríamos de pensar o urbanismo como a produção da cidade-estojo. A metáfora vem, evidentemente, de Walter Benjamin ([1928] 2018) ao refletir sobre a forma estojo da moradia. Ao mesmo tempo, o estojo em que se guardavam objetos técnicos e de precisão funciona como uma capa protetora de uma certa lógica de

O resultado dessa racionalização do espaço foi a constituição de uma sociedade do trabalho em mobilização total para a valorização. Observou-se, na metade do século XX, o arranque da urbanização mundial generalizada, impulsionada pelo duplo processo de concentração da produção e generalização das mercadorias consequente da valorização do valor.

Não seria surpresa alguma lembrar que datam desse período histórico específico as teses do urbanismo funcionalista dos CIAM⁶, onde se celebra a metafísica do trabalho e do tempo abstratos impostos pela necessidade de valorização. Da mesma forma, devemos lembrar que Le Corbusier ([1924] 1992, p.vii), para quem “a cidade é um instrumento de trabalho” e o planejamento urbano deveria, em primeiro lugar, “ajudar no nascimento da alegria do trabalho” (p.68), esperava que assim fosse possível alcançar uma forma de vida devidamente sincronizada com o espírito da modernidade. Não é por menos que essa era, segundo Otilia Arantes ([1998] 2014, p.42), “a arquitetura mais sintonizada com o espírito da modernidade”, que se propôs levar a termo a aposta na racionalidade técnica.

Nesse sentido, é possível compreender a leitura de Bernardo Secchi ([2000] 2016) de que, dentro dessa tradição, os urbanistas se representaram como uma figura mítica que se oporia ao poder das tradições, da especulação e da má administração com seu conhecimento técnico e objetivo e, assim, garantiriam a obtenção de uma situação salubre, confortável, segura e esteticamente mais satisfatória. A busca pela superação dos problemas sociais era procurada através da apresentação de novas formas urbanas, concebidas pela racionalidade técnica. Assim, se esperava criar uma cidade melhor a

precisão e possui o seu interior perfeitamente moldado para o conteúdo, o que indica que as peças devem permanecer intactas e disponíveis. Assim, o estorjo resulta de um raciocínio tecnocrático que pretende ordenar o mundo. O urbanismo possui o mesmo impulso: ordenar a cidade, criar uma capa protetora e encaixes perfeitos para tudo o que a cidade carrega.

6 Sobre isso, vale conferir o que escreveu Ultramari (2009, p.170): “O movimento chamado urbanismo modernista se caracteriza como um corolário, um manual mesmo, de como proceder para se chegar à cidade ideal. Com isso o urbanismo, utopicamente, acreditava poder alterar a cidade enquanto espaço construído e também a sociedade que a constrói e usa-a. De fato, esse urbanismo não apenas desenha a cidade que se quer, mas também determina como essa deve ser obtida e usada, ou seja, acreditando na utopia de poder formatar a sociedade que aí habita.”

partir da fé na técnica e progresso.

Contudo, os resultados que se desdobraram dessa prática não foram apenas insuficientes, mas, na verdade, aumentaram ainda mais a profunda desigualdade social da sociedade capitalista. O historiador do urbanismo Bernardo Secchi ([2013] 2019, p.13) afirma a necessidade de reconhecer que “a urbanística tem responsabilidades fortes e precisas em relação ao agravamento das desigualdades sociais e que o projeto da cidade deve ser um dos pontos de partida de toda e qualquer política que vise à eliminação ou ao combate dessas desigualdades”.

Tal situação acabou levando a uma perda progressiva do prestígio que o urbanismo detinha e, a partir dos anos sessenta do século XX, conduziu a um esvaecimento da confiança que a sociedade havia depositado nos urbanistas. Secchi ([2000], 2016) lista alguns dos motivos para essa situação. Entre eles figura aquele que julgamos ser o fundamental: a submissão do urbanismo a uma progressiva formalização burocrática, sendo tragado para o interior de esferas administrativas e reduzido a uma ideia puramente normativa de sua prática. A cidade contemporânea esteve conectada com a expansão da racionalidade gerencial e das métricas de mercado como critério último, abandonado de vez da razão total que caracterizava o urbanismo anterior. Na verdade, não se trata de opor a racionalidade gerencial à razão total. Devemos, ao contrário, entender que o modelo da razão gerencial-administrativa é o desenvolvimento lógico da razão total, sua final realização.

Desta maneira, a cidade contemporânea se tornou marcada pela fragmentação, pela desigualdade e pela obsolescência e desativação de seus espaços. Sucessivamente, observou-se a privatização do próprio estilo de vida, a crescente competitividade entre os urbanistas e, não raro, a formação de verdadeiras trincheiras entre os espaços da cidade, como bem demonstrou Teresa Caldeira ([2000] 2011).

Nas palavras do próprio historiador do urbanismo, a partir de então, poderíamos falar de um “crepúsculo do futuro” (SECCHI, [2000] 2016, p.107). Com os desdobramentos da cidade do capital, parecia estar definitivamente terminada a “era das grandes esperanças”.

Isso porque a constituição da cidade como forma primária da organização social tinha como pressuposto a forma fetichista de mediação entre os indivíduos sob a forma

do trabalho abstrato. À medida que se acumulam as contradições do valor, esse princípio social revela o que nunca deixou de ser: uma forma de exclusão social. Por isso, lembra Bruno Lamas (2007), não deve haver estranheza na relação entre a miserável hiper-urbanização do continente africano e a ausência de criação de empregos. Hoje, diferentemente do que foi a urbanização até pouco mais da metade do século XX, ela não se relaciona com a criação de empregos e a absorção de mão de obra. Com a elevação da produtividade do trabalho por meio da tecnologia e do uso produtivo da ciência, o desemprego estrutural se generalizou e transformou substancialmente o conteúdo da cidade e, por consequência, a natureza do urbanismo. “Depois da ‘explosão urbana’ dos últimos dois séculos, existem agora sérios riscos de muitas cidades se tornarem verdadeiros ‘barris de pólvora’” (LAMAS, 2007, p.16), o que só poderia resultar numa alteração do que o urbanismo pode oferecer para a sociedade.

Colapso da modernização, o futuro e seus descontentes

A partir dos anos 1970, uma crise do sistema capitalista se tornou evidente. O progresso, a principal categoria legitimadora da modernidade, começou a falhar (ENZENSBERGER, 1993). Embora, à época de sua publicação, os escritos de Robert Kurz (1993) tenham soado catastrofistas para as consciências ainda envolvidas pelas brumas do progresso, hoje se torna evidente a precisão de seu diagnóstico: trata-se do *colapso da modernização*.

Como Marx ([1867], 2013) precisamente descreveu, o capital é uma *contradição em processo*. Ou seja, em seu movimento automático de valorização, o capital acaba por se desfazer de sua própria substância, a saber, o trabalho vivo utilizado na produção do valor. Exatamente por conta da necessidade de acumular mais-valor, o capital busca constantemente reduzir o uso do trabalho vivo no processo produtivo pela introdução de novas técnicas de produção poupadoras de trabalho. Inicialmente, essa situação pode até gerar lucros adicionais para o capitalista individual, mas tão logo se generalize no conjunto da economia, provoca o decaimento da massa total de trabalho empregado e, consequentemente, da massa de valor resultado do constante aumento do material hu-

mano, que se torna supérfluo. O capital, portanto, precisa constantemente se expandir, sob pena de sua própria destruição. Entretanto, sua própria expansão é, também, sua dessubstancialização e, logo, a valorização capitalista alcança seus limites absolutos (MARX, [1867] 2013; KURZ, 1993; KURZ, 2014). Sua continuação não pode ocorrer senão da forma mais exteriorizada e fetichista própria do capital fictício, que só pode “comprar tempo” e tentar adiar permanentemente sua própria crise (STREECK, 2012).

Uma vez bloqueada a máquina de crescimento econômico que justifica a ideologia capitalista, a própria ideia de progresso é desativada e já não funciona como legitimação social. Como escreveu Enzensberger (1993, p.112), “o progresso já viu dias melhores”. A fé no futuro que caracterizou a modernidade desaba junto com ela. Acreditar no futuro – para os bons modernos – não foi um erro. Fazia parte daquela experiência histórica um horizonte de expectativas alargado. No entanto, com a contagem regressiva iniciada para uma condição de morte súbita – vale dizer, pelo emprego irrestrito da técnica –, algo da semântica histórica legitimada pela ideia de progresso se quebrou.

Se o progresso foi o combustível que manteve a máquina histórica moderna funcionando (TUPINAMBÁ, 2019), sua exaustão tem que ver com o esgotamento desse combustível.

Nossa era já não carrega mais “grandes esperanças”. Depois dessa grande desativação do progresso, o futuro parece mais sombrio. A partir de 1970, por diferentes vias, vários teóricos críticos começaram a identificar um fenômeno de cancelamento do futuro. Lasch ([1979] 1983) chamou esse momento de Era das Expectativas Decrescentes. Günther Anders ([1972] 2007) observou a formação de um “nihilismo de massas”. Os psicanalistas Benasayag e Schmit (2004) observam a experiência de um futuro que parece ser pior do que o presente. O cenário da virada para a segunda década do século XXI, depois da crise de 2008, intensificou essa sensação, levando ao que Isabelle Stenger ([2009] 2015) chamou de “tempo de catástrofes”. Para Mark Fisher (2009), a experiência resultante é de uma impotência reflexiva que transforma em autorrealizável a profecia de um futuro terrível. Franco Berardi ([2009] 2019) enxerga, a partir daí, um espírito depressivo e melancólico que marca o capitalismo tardio.

“Por que o futuro parece cada vez menos aberto?”, pergunta-se o psicanalista Gabriel Tupinambá (2019, s.p.). Por que o presente parece se estender cada vez mais rumo ao futuro? Por que o “presentismo” absorve a infinidade de possibilidades e

aniquila o horizonte do não experimentado?

Estará em curso uma mudança substancial no regime histórico. Alteração essa que foi constatada justamente por um intelectual brasileiro, do ponto de observação de um país periférico. Paulo Arantes, em *O novo tempo do mundo*, afirma:

“[...] tecnicamente, pelo menos, ingressamos num regime de urgência: linearmente desenhado, o futuro se aproxima do presente explosivamente carregado de negações. Não basta anunciar que o futuro não é mais o mesmo, que ele perdeu seu caráter de evidência progressista. Foi-se o horizonte do não experimentado.” (ARANTES, 2014 p. 96).

O filósofo chama a atenção para uma dimensão mais estrutural, que está relacionada com uma mudança interna do regime de acumulação. O desenvolvimento tecnológico direcionado para o ganho de produtividade com um fim tautológico é, para Paulo Arantes, o principal elemento. A determinação que desencadeia o decrescimento da expectativa, *pari passu* com o elevar da produtividade, é exatamente o campo técnico.

Tal situação não significa apenas crise econômica. Esse é um epifenômeno, um sintoma de algo muito mais profundo. Trata-se, na verdade, de uma verdadeira dissolução do amálgama social. O que dava estrutura para a sociedade, a saber, o trabalho, já não existe tal qual o conhecíamos. As formas sociais entram em crise e, com ela, entram em estado de decomposição nossas gramáticas para narrar a experiência histórica, não apenas do passado, mas também em relação ao futuro. Ocorre, assim, a implosão do nexos entre espaço de experiência e horizonte de expectativas, e a temporalidade é comprimida e confinada no presente perpétuo.

O resultado disso é que passa a existir a sensação de uma compreensão do futuro imbricada com o presente. Dessa forma, o que significa, neste novo tempo do mundo, pensar que o futuro está comprimido já no presente? Significa que toda relação com o tempo histórico construída ao longo de pelo menos dois séculos foi alterada substancialmente.

É claro que tal compressão não se dá pela via de um aceleracionismo vulgar, mas porque os ganhos de produtividade resultam em um aumento do desemprego. Por sua vez, o emprego foi durante toda a história capitalista o grande amálgama social que forjou identidades e realizou a mediação social entre os indivíduos, garantindo sua sobrevivência. O dissolver dessa forma social põe em questão o horizonte de expectati-

vas que todo o projeto da modernidade ocidental criou historicamente. Por isso Paulo Arantes (2014, p.67) fala de um novo tempo do mundo:

Acontece que, a certa altura do curso contemporâneo do mundo, a distância entre expectativa e experiência passou a encurtar cada vez mais e numa direção surpreendente, como se a brecha do tempo novo fosse reabsorvida e se fechasse em nova chave, inaugurando uma nova era que se poderia denominar das expectativas decrescentes.

De um só golpe, se aboliu a ideia de progresso que desvaloriza o passado e se coloca à espera de um futuro cada vez melhor. A ideia do progresso como uma geocultura legitimadora da economia-mundo capitalista entrou em franca decadência. Essa crise é sentida em diferentes âmbitos, e se passa a experimentar um declínio das expectativas.

Tal horizonte deflacionário implicaria também a prática do urbanismo, afinal, com o futuro das cidades, não se poderia passar de maneira diferente. Parece relevante aqui colocar uma questão: o que passa a ocorrer com o urbanismo quando sua ideia de legitimação, o progresso, começa a falhar?

Vale notar que a retração do horizonte de expectativas recoloca as questões com que a origem do urbanismo teve de se haver: como organizar uma sociedade em crise? Como notou o urbanista que nos guiou até aqui, agora já sabemos que “as promessas da modernidade pareceram obsoletas e totalmente inadequadas para muitos” (SECHI, [2013] 2019, p. 79). Deste modo, a resposta de “como organizar uma sociedade em crise?” aparece de maneira negativa e rebaixada. Como notou Otília Arantes ([1998] 2014, p.46): “Os modernos tinham o sentido da história, nós o perdemos”.

Planejar ou esperar? Sobre a prática do urbanismo em uma era de expectativas decrescentes

O futuro da cidade e da sociedade será, nos próximos anos, profundamente marcado pelos modos como serão enfrentadas, e eventualmente resolvidas as questões que elas [áreas problemáticas da cidade] propõem. As áreas difíceis parecem hoje acometidas por inexoráveis processos de exclusão, segregação e *filtering down*, já conhecidos no passado por extensas partes da cidade moderna americana (SECCHI, [2000] 2016, p.181).

Bernardo Secchi exprimiu dessa forma o desafio com que o urbanismo da virada do século XX para o século XXI tem que enfrentar. Como se nota na história recente do urbanismo, este passou a se dedicar cada vez mais a focalizar áreas-alvos para sua ação: as regiões problemáticas da cidade, as áreas difíceis, ou, em um nome menos enigmático, “as periferias”. Todavia sua própria resposta já não era suficiente mais, porque, diante da dinâmica de crise do capital, o que ocorre é a explosão dessas “áreas problemáticas”, indicando uma tendência de expansão da forma-periferia. Por isso, poderíamos falar de um “devir-periferia” que se desdobra juntamente com a crise do capital (CANETTIERI, 2020).

Secchi ([2005], 2015, p.32), em uma publicação cinco anos mais tarde, voltou ao mesmo tema e pôde afirmar que o “século vinte esteve dividido entre duas angústias sobre o futuro da cidade”. De um lado, a percepção de um crescimento irrefreável da cidade; de outro, a sensação de dissolução desta em formas diferentes das quais até então se conheciam. Essa combinação de “crescimento e dissolução” formou a cidade contemporânea. A forma da cidade que prometeu a liberdade, onde o ar da emancipação podia ser respirado, dava origem exatamente ao seu contrário, uma degradação completa da cidade imaginada.

Não deixa de ser irônico, portanto, que seja da busca pela unidade da cidade⁷ e da

7 Consideramos aqui a afirmação de Le Corbusier ([1928] 1987, p.257 – tradução nossa): “O problema do urbanista é como disciplinar a desordem natural e provocar aquela unidade que é indispensável a todo sentimento de harmonia e estética”.

liberdade pelo ordenamento⁸ que se produza um espaço caótico e dividido. Talvez a expressão mais fundamental das cidades contemporâneas seja a fratura que se produziu: uma separação entre as *gated communities*⁹ privatizadas de uma elite cinética global (CALDEIRA, [2000] 2011) e as favelas degradadas de uma ralé imobilizada (DAVIS, [2005] 2012). A segregação não para de aumentar e, dessa maneira, o afeto cosmopolita do encontro que era próprio da cidade desaparece e cede lugar à sensação de insegurança e medo (BODY-GENDROT, [2012] 2018; BAUMAN, [2005] 2009).

Não é nenhum descabimento interpretar tal situação como um índice da falência do urbanismo. Ao menos de seu discurso de legitimação, muito embora se acompanhe uma profusão de “planos urbanísticos” que não estão mais conectados com os preceitos de sua constituição histórica. Essa mudança é o que nos interessa compreender. Sua ideologia legitimadora parece não ter mais função diante das cidades do mundo contemporâneo. Aqui, gostaríamos de sugerir que o urbanismo se tornou incomensurável com a dinâmica de crise da sociedade do capital. A dessubstancialização das formas historicamente específicas de mediação social, a sua dissolução, leva consigo os próprios critérios de validade que permitiam a prática do urbanismo. Assim, essa prática de pensar as questões sociais e espaciais que se manifesta na cidade sob a forma de uma expectativa de realização para a transformação do território é, definitivamente, destituída.

Vários motivos podem ser elencados para tal desdobramento. O primeiro deles que nos interessa aqui: a crise do capital. Se, antes, como já dissemos, a cidade cumpria uma função muito específica na reprodução ampliada do valor, e a forma-urbana, de um espaço de aglomeração, era o efeito colateral do processo de valorização, então, agora, a situação é outra: a crise do capital é de tal maneira disseminada que os senti-

8 O mesmo Le Corbusier ([1928] 1987, p.264 – tradução nossa) assevera: “É possível, por meio de uma ordenação logicamente concebida destas células, alcançar a liberdade através da ordem”.

9 Embora a expressão que mantivemos aqui seja do inglês, não é possível esquecer o importante trabalho de Christian Dunker (2014), que descreve a lógica do condomínio como expressão do sintoma do mal-estar tipicamente brasileiro. Em sua obra, o autor descreve a forma-condomínio como uma expressão da necessária divisão e separação entre “nós e eles” produzida pela sociedade da competição.

dos do progresso se desfazem – o urbanismo incluído. As cidades, cujo crescimento e organização eram orientados pelo fim da valorização do valor, agora são espaços que se conjugam no passado. O cheiro de ferrugem impregna o ar, a sociedade do trabalho sofre um derretimento histórico e as promessas de emancipação não são mais do que uma promessa esquecida. O urbanismo, de certa forma, era a prática da razão que se orientava por organizar a sociedade da valorização e, para isso, era necessário pensar o futuro. Uma vez sem futuro, o que sobra ao urbanismo? Otilia Arantes ([1998] 2014, p.122), ao refletir sobre isso, percebeu como há uma mudança de objetivos que acompanha a própria alteração na linguagem que designa a prática racional sobre a cidade: do urbanismo integral ao “desenho urbano”. Como nota a autora, “[...] pelo que encerra de restrição, parece anunciar esse estreitamento. Das possibilidades de mudança real”¹⁰. A destruição da sociedade do emprego, carro-chefe da urbanização como conhecemos e das expectativas que nutrimos durante um tempo sobre o futuro da cidade, produziu um cenário ruiforme no coração da sociedade.

Contudo, de outro lado, há de se ter em conta que essa crise do capital enfrenta forças contra-atuantes que tentam frear a desvalorização. Para compensar a implosão do emprego, acompanhamos uma explosão da produção do ambiente construído, reforçando o seu caráter de força equalizadora do mais-valor produzido exatamente por ser um setor da produção que possui baixíssima composição orgânica. À medida que avança a crise do valor, avança também a expansão do ambiente construído. Isso implica o descontrole da forma urbana, agora impulsionada não pela ampliação da base do valor, mas pelo ímpeto de impedir o decaimento da valorização. O urbanismo, concebido como uma tentativa de disciplinar e ordenar a produção do ambiente produzido das cidades, é coagido a fazer parte da produção incessante do ambiente construído. É preciso notar que já não são planos para o futuro, mas uma espécie de corrida contra a queda da massa de valor que está sempre deficitária. Trata-se, dessa forma, de “planos sem futuro”, já que tudo que podem fazer é tentar reverter uma catástrofe que já ocorreu: a dissolução das formas sociais. Ao mesmo tempo, esse urbanismo submetido aos critérios do mercado e debaixo do peso da crise não pode fazer mais nada em relação

10 Otilia Arantes ([1998] 2014, p.124) continua seu argumento: “Não é à toa que ninguém mais se ilude quanto às possibilidades de transformações drásticas – o urbanista demiurgo foi se transformando num decorador”.

ao futuro (ARANTES, [1998] 2014). É tão somente uma tentativa de, ao mesmo tempo, viabilizar a produtividade do capital em crise e de lidar com a crise da reprodução do capital. Como se sabe, o resultado é o acirramento das desigualdades – o contrário das “grandes esperanças” que se esperava com essa prática.

Ao mesmo tempo, a mudança de estatuto do urbanismo acompanha uma mudança da própria funcionalidade do Estado na contemporaneidade em crise. Destacam-se, nessa compreensão, os escritos de Marildo Menegat (2019). O autor argumenta que, à medida que a crise se desenvolve, o Estado revela o que nunca deixou de ser: uma forma específica de “gestão da barbárie”. As várias formas e soluções políticas de atuação do Estado não passam de “escoras” para segurar o desmoronamento do social, pensando “intervenções que procuram fazer uma sutura num tecido social completamente esgarçado” (MENEGAT, 2019, p.136). Talvez essa natureza “gestionária” seja o novo conteúdo do urbanismo hoje, numa época marcada, segundo o filósofo camaronês Achille Mbembe (2020, p.17 – tradução nossa), pelo *brutalismo*. Esta época, “apreendida pelo *pathos* da demolição”, é o desenvolvimento de um “gigantesco processo de despejo e evacuação”. Não é possível deixar de notar os termos de que o filósofo se vale: demolição, despejo e evacuação. Práticas que fizeram parte do repertório do urbanismo durante boa prática e que hoje se tornam cada vez mais recorrentes num mundo de insegurança de posse e transitoriedade permanente de populações excluídas que não param de aumentar em todo o mundo (ROLNIK, 2015).

Dito de outra maneira, o urbanismo foi revelando seu fundamento: uma forma de administrar contradições, de escamotear conflitos e de gerenciar a miséria – quer seja escondendo-a, quer seja eliminando-a. Com a prática do urbanismo com características de exceção, se produz nas cidades verdadeiras zonas de espera que simulam uma situação de sítio e, daí, não resultam expectativas de “grandes esperanças” como desejado, mas, ao contrário, produz-se uma experiência política negativa.

Nesse sentido, é relevante recorrer aos escritos da geógrafa Amélia Damiani (1999). A autora percebe como no fim de século o processo de urbanização é transformado. Ela busca conceitualizar essa transformação de *urbanização crítica* pensando designar a nova produção do espaço, que surge da dialética resultante do duplo processo de imbricação do industrial sobre as cidades e de sua crise. Assim, de maneira homóloga, poderíamos sugerir que há, *pari passu* à urbanização crítica, um “urbanismo de crise”.

Esse urbanismo de crise passa a se tornar o responsável pela gestão e administração do processo de urbanização crítica, já que o horizonte de sua transformação não figura mais no repertório do possível. Torres Carrasco (2014, p.174) busca compreender um urbanismo de crise. O autor afirma que

“o próprio planejamento será o responsável pela constante reposição da crise, mediante a constante reposição de seus pressupostos: concentração da propriedade da terra, da infraestrutura urbana, rebaixamento das referências materiais e sociais destinada aos contingentes inseridos criticamente nas cidades, incorporação do capital fictício como ferramenta de planejamento e institucionalização da violência como ferramenta de supressão de conflitos.” (TORRES CARRASCO, 2014, p.174)

A crise que Torres Carrasco (2014) menciona e que descrevemos anteriormente leva à acentuação da precarização das relações sociais estruturadoras do processo de produção e à apropriação do espaço na escala urbana, principalmente aquelas que envolvem a população de baixa renda. O resultado disso é uma transformação das cidades tal qual estávamos acostumados. Poderíamos sugerir que com o aprofundamento da desigualdade, o aumento da precariedade e a explosão da violência estaríamos acompanhando a universalização da condição periférica para todo o espaço (CANETTIERI, 2020). Dessa maneira, faz sentido pensar que também se torna generalizada a prática do urbanismo para as áreas periféricas: uma gestão da escassez e uma administração da precariedade.

Há uma diferença estrutural entre o que o urbanismo foi e o que ele anuncia para o futuro. Durante boa parte do século XIX, havia a promessa de emancipação e liberdade advinda do uso público da razão no ordenamento do espaço. No século XX, o urbanismo foi mobilizado pelo Estado para o provimento das condições gerais de produção e para os meios de consumo coletivo (CASTELLS, [1972] 2014; LOJKINE, [1977] 1981; TOPALOV, 1979). Nesse contexto, ele desempenhou fundamental papel na consolidação da “sociedade burocrática do consumo dirigido” (LEFEBVRE, [1968] 1980). Com a crise, o urbanismo desempenha, como já dito, o papel de gestão do social entre escombros, revelando-se como mais um instrumento que tenta estabilizar a “sociedade securitária do colapso administrado” (CANETTIERI, 2020).

De uma promessa de futuro, a prática do urbanismo é reduzida a mais um elemento do repertório de administração do colapso para uma gestão sem futuro de puro presentismo sufocante. Como lembra Paulo Arantes (2014), essa se tornou a qualidade de toda política nesse contexto.

Dito isso, podemos sugerir uma primeira definição da prática do urbanismo numa era de expectativas decrescentes: em lugar de se planejar o futuro, o que se faz hoje é gerenciar o presente depois que a catástrofe já ocorreu, a saber, a dissolução das formas historicamente determinadas de mediação social. Nessa situação de emergência, não é surpresa que a forma da cidade lembre cada vez mais os campos, seja de refugiados, seja de concentração (AUGUSTO, 2010; MIRAFTAB, 2020; CANETTIERI, 2021; SILVA, 2021).

Considerações finais

Aqui, sugerimos uma interpretação sobre a história do urbanismo que parte da reflexão sobre os possíveis desdobramentos que se anunciam em sua prática. Este texto, de natureza ensaística, apenas sugere uma possibilidade de interpretação desse fenômeno, sem qualquer pretensão de fechamento. Trata-se de auscultar uma tendência, de indicar seus elementos. Acreditamos que nossa contribuição está menos em dar uma definição e mais em sugerir formas de interpretar o mundo presente, conectando uma prática específica, o urbanismo, com o atual estado das relações sociais.

Não advogamos, neste ensaio, que os planos se tornaram supérfluos. O que buscamos argumentar é que sua natureza se modificou. A profusão de planos pode enganar, mas eles já não possuem as mesmas expectativas – talvez não tenham expectativa alguma. Apenas fazem parte do complexo gestor-espetacular da crise nas cidades. Ou, dito de maneira resumida: são “planos sem futuro”.

Sabemos que o combustível da modernidade foi, de uma certa maneira, o futuro esperado (TUPINAMBÁ, 2019). Se, como afirma Otilia Arantes [1998] 2014, p.123), “modernização e urbanização são, a bem dizer, intercambiáveis, uma anuncia e sustenta a outra”, então o colapso da modernização (KURZ, 1993) implica também o *colapso da urbanização*. Hoje, o urbanismo é o nome da técnica que tenta adiar esse colapso. Situação difícil, já que as promessas dessa prática se desfazem como nuvens e o resul-

tado é a mais brutal exclusão. Algo desse cenário já é efetivamente sentido por milhões de pessoas ao redor do mundo.

Referências

- ADORNO, T; Horkheimer, M. *Dialética do Esclarecimento*. São Paulo: Zahar, [1944] 2006.
- ANDERS, G. *Le temps de la fin*. Paris: L'Herne, [1972] 2007.
- ARANTES, O. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Ed.Usp, [1998] 2014.
- ARANTES, P. *O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era de emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- AUGUSTO, A. Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto. *Cadernos Metrópole*, v.12, n.23, pp.263-276, 2010.
- BAUMAN, Z. *Confiança e medo na cidade*. São Paulo: Zahar, [2005] 2009.
- BENESAYG, M.; Schmit, G. *L'epoca delle passioni tristi*. Millão: La fratelli, 2004.
- BENEVOLO, L. *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Editorial Presença, [1963] 1981.
- BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, [1928] 2018.
- BERARDI, F. *Depois do futuro*. São Paulo: Ubu, [2009] 2019.
- BODY-GENDROT, S. *Globalização, medo e insegurança: os desafios de cidades dos hemisférios Norte e Sul*. São Paulo: Ed.Usp, [2012] 2018.
- CALABI, D. *História do urbanismo europeu*. São Paulo: Perspectiva, [2008] 2012.
- CALDEIRA, T. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, [2000] 2011.
- CANETTIERI, T. *A condição periférica*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- CANETTIERI, T. *The city as camp: the camp-form as the urban model during capital's crisis*. *Academia Letters*, n.827, p.1-7, 2021.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, [1972] 2014.
- CHOAY, F. *O urbanismo: utopias e realidades – Uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, [1965] 1992.

CORBUSIER, L. *The city of tomorrow and its planning*. Nova York: Payson & Clark, [1928] 1987.

CORBUSIER, L. *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, [1924] 1992.

DAMIANI, A. *A crise da cidade: os termos da urbanização*. In: Damiani, A. Carlos, A. F. (Orgs.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Editora Contexto.

DANOWSKI, D. *O hiper-realismo das mudanças climáticas e as várias faces do negacionismo*. *Revista Sopro*, n.70, abril, s.p., 2012.

DAVIS, M. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, [2005] 2012.

DUNKER, C. *Mal-estar, sofrimento e sintoma*. São Paulo: Boitempo, 2014.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, [1845] 2008.

ENZENBERGER, H. M. *zigue-zague*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

FERRO, S. *O canteiro e o desenho*. In: *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosanaify, [1976] 2006.

FISHER, M. *Capitalist realism*. Winchester: Zero Books, 2009.

FOGLESONG, R. *Planning the capitalist city*. In: Campbell, S.; Fainstein, S. (Orgs.). *Readings in Planning Theory*. Oxford: Blackwell Publishing, 1996.

HARVEY, D. *On planning the ideology of planning*. In: Campbell, S.; Fainstein, S. (Orgs.). *Readings in Planning Theory*. Oxford: Blackwell Publishing, 1996.

HARVEY, D. *Paris, capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, [2003] 2015.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Editora Vozes, [1807] 2012.

JAMESON, F. *Future City*. *New Left Review*, n.21, 2003.

KANT, I. *O que é esclarecimento?* In: *Textos seletos*. Petrópolis: Editora Vozes, [1783] 2012.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1979] 2013.

KOSELLECK, R. *Progresso e declínio: um adendo à história de dois conceitos*. In: *Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 [2020].

KURZ, R. *A crise do valor de troca*. Rio de Janeiro: Consequência, [1986] 2018.

KURZ, R. *Colapso da modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LAMAS, B. *A “explosão da cidade” e a trajetória do capitalismo*. In: *Imprópria* (Org.).

Pensamento crítico contemporâneo e a cidade. Lisboa: Unipop, 2007.

LASCH, C. A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio. Rio de Janeiro: Imago, [1979] 1983.

LEFEBVRE, H. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, [1968]1980.

LEFEBVRE, H. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1972] 2016.

LEFEBVRE, H. Revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1970] 2019.

LIMONAD, E. Muito além do jardim: planejamento ou urbanismo, do que estamos falando? In: Costa, G.; Costa, H.; Monte-Mór, R. L. (Orgs.). Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

LOJKINE, J. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. São Paulo: Martins Fontes, [1977] 1981.

MARTINS, S. O urbanismo: esse (des)conhecido saber político. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.3, pp. 39-60, 2000.

MARX, K. O Capital: Crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

MBEMBE, A. Brutalisme. Paris: La decouverte, 2020.

MENEGAT, M. A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe. São Paulo: Consequência, 2019.

MIRAFTAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.18, n.3, pp. 363-377, 2016.

MIRAFTAB, F. We are all refugees: camps and informal settlements as converging spaces of global displacements. Planning theory & practice, v.21, n.3, pp.351-370, 2020.

MONTE-MÓR, R. L. Planejamento urbano no Brasil: emergência e consolidação. Etc ... Espaço, tempo e crítica, n.4, v.1, pp.71-96, 2007.

MUMFORD, L. A cidade na história. Belo Horizonte: Itatiaia, [1961] 1965.

OLIVEIRA, F. L.; Sánchez, F.; Vainer, C. 2020. Planejamento conflitual na cidade olímpica: a experiência da Vila Autódromo, Rio de Janeiro. Crítica Urbana, n.14, pp.34-39, 2020.

PASOLINI, P. P. Escritos corsários. São Paulo: Editora 34, [1975] 2019.

RANDOLPH, R. A origem estrutural da subversão em sociedades capitalistas contemporâneas, suas práticas baseadas na vivência cotidiana e um novo paradigma de um contraplanejamento. In: Costa, G.; Costa, H.; Monte-Mór, R. L. (Orgs.). Teorias

epráticas urbanas: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

ROLNIK, R. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo.

ROVATI, J. F. Urbanismo versus planejamento urbano? Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.15, n.1, pp.33-58, 2013.

SECCHI, B. A cidade do século vinte. São Paulo: Perspectiva, [2005] 2015.

SECCHI, B. A cidade dos ricos e a cidade dos pobres. Belo Horizonte: Editora Áyné, [2013] 2019.

SECCHI, B. Primeira lição de urbanismo. São Paulo: Perspectiva, [2000] 2016.

SILVA, A. L. Exceptis: os campos de concentração das ruínas do capitalismo. Revis-ta Zero à Esquerda, n.1, s.p., 2021.

STENGERS, I. No tempo das catástrofes. São Paulo: Ubu, [2009] 2015.

STREECK, W. Buying time: the delayed crisis of democratic capitalism. Londres: Verso Books, 2012.

TOPALOV, C. Urbanización y reproducción de la fuerza de trabajo: contradicciones de la socialización capitalista del consumo. Cidade do México: Edicol, 1979.

TORRES CARRASCO, A. O. A arquitetura e o urbanismo da modernização re-tardatária: particularidades da produção do espaço urbano no contexto brasileiro. São Paulo: Annablume, 2014.

TUPINAMBÁ, G. Um pensador na periferia da história. Revista Porto Alegre, n.3, 2019. Disponível em: << <http://revistaportoalegre.com/um-pensador-na-periferia-da-historia/> >> Acessado em: 28 jan. 2021.

ULTRAMARI, C. Significados do urbanismo. Pós, v.16, n.25, pp.166-184, 2009.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento urbano estratégico urbano. In: Arantes, O.; Maricato, E.; Vainer, C. (Org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.